



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 86ª
(OCTOGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 8 DE OUTUBRO DE 2008.

Publicação conferida no DCL 18-190 de 21/10/08
Servidor: suco Matrícula: 11733+



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nós estamos reunidos – não só os Líderes, mas todos os Deputados que estão na Casa – na Presidência com o Secretário de Governo Taniguchi, discutindo a questão dos quiosques. Estamos discutindo agora uma cláusula sobre o tamanho dos quiosques. Então, há tudo para chegarmos a um acordo e apreciarmos o projeto de vocês hoje.

Cumprindo o Regimento da Casa e dando uma satisfação a todos os senhores e senhoras, abro a sessão.

Estamos lá na Presidência – todos os Deputados e todas as bancadas – discutindo com o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF. S.Exa. está conosco lá e estamos discutindo – S.Exa., Deputados e Assessoria – para chegarmos a um acordo e votarmos o projeto de uma vez por todas.

A Presidência vai suspender os trabalhos, mas vocês podem aguardar porque logo voltaremos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h12min, a sessão é reaberta às 16h52min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 183, de 10/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 86ª Sessão Ordinária.)

Leitura da atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 85ª Sessão Ordinária;
- Ata da 27ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Senhoras e Senhores presentes na galeria da Câmara Legislativa, pelo que vejo, a grande maioria dos senhores são empresários do ramo de alimentação dos quiosques.

Estávamos até agora reunidos na sala da Presidência a fim de chegarmos a um acordo com relação ao projeto que interessa diretamente aos senhores. Reitero a minha posição, continuo com ela desde a última reunião. Acho que o projeto traz avanços, pois busca uma solução definitiva. Relembro que vários projetos foram aprovados regularizando quiosques e todos foram declarados inconstitucionais por vício de iniciativa porque o projeto deveria ser de iniciativa do Governador, e este é. Portanto, ele nos permite encontrar uma solução definitiva para o problema de vocês.

Realizamos um forte debate lá em cima com os técnicos do Governo. Há uma dificuldade imensa com relação à metragem, principalmente. Todos sabem que esta Presidência – eu, como Parlamentar, juntamente com outros Deputados – apresentou uma emenda sobre a possibilidade de ser de 90 metros o tamanho do empreendimento de vocês, mas não foi possível, a princípio, chegarmos a um acordo com relação a essa medida.

Deixo bem claro o meu posicionamento e o de vários Deputados que estão aqui. Não queremos abrir mão de que esse espaço seja concedido a vocês.

O Governo, por meio do Secretário Taniguchi – que estava presente na negociação –, pediu um prazo de pelo menos duas semanas para manifestar seu posicionamento. Temos duas alternativas...

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo da tribuna para ficar de frente para os companheiros quiosqueiros.

Quero registrar, companheiros, que foi realizada uma reunião com o Secretário Taniguchi e todos os Parlamentares desta Casa. Não conseguimos chegar a um entendimento quanto à metragem dos quiosques. Defendemos os 90 metros, como disse o Deputado Alírio Neto.

É importante o prazo de duas semanas – com a garantia do Secretário de que nenhuma fiscalização incomodará ninguém, deixando que todos trabalhem com muita tranquilidade – para que sejam feitos todos os estudos técnicos e para que a situação dos 161 companheiros que foram tirados da Rodoviária seja resolvida completamente.

Agimos da mesma forma com relação aos “puxadinhos” da Asa Sul. Não podemos simplesmente aprovar o projeto do jeito que ele está. Garantimos os 12 metros no Plano Piloto, e não 24 ou 30 metros como está proposto. Precisamos fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

adequações. Esta Casa tem essa responsabilidade. Os 24 Parlamentares desta Casa têm a responsabilidade de adequar o projeto à realidade dos trabalhadores.

Dá a importância do prazo de duas semanas. Pode ser até que o projeto seja votado antes disso. As lideranças de vocês estarão em contato com as lideranças de todas as bancadas, de todos os partidos, de todos os Parlamentares desta Casa para que possamos votar a matéria garantindo o pleito de cada um.

O Secretário Taniguchi nos garantiu que não haverá nenhuma derrubada, nenhuma retirada e que a fiscalização não perturbará ninguém.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência reitera a decisão tomada juntamente com o Secretário. Vocês estão cientes de que temos sido firmes na defesa de seus interesses. O prazo é interessante para que possamos ter um projeto o mais próximo possível daquilo que venha a beneficiá-los definitivamente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Deputado Cabo Patrício, também fiz questão de falar de frente para vocês.

Faço das palavras do Deputado Cabo Patrício as minhas palavras. É importante, sim, deixar esse prazo acontecer, uma vez que o Secretário e todos os Deputados estão empenhados com firmeza na regularização, para que ela seja definitiva, como disse o Presidente.

Aproveito para dar uma notícia. Ontem, fiz uma promessa aos quiosqueiros lá da Feira dos Importados que estão sem energia elétrica. A carta do Administrador está em minhas mãos e será encaminhada daqui a pouco para a Diretoria da CEB.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, quero reafirmar o compromisso desta Casa e desta Liderança com toda a categoria dos quiosqueiros.

Não conseguimos construir um acordo hoje porque queremos o melhor para vocês. Foi nessa direção que esse adiamento está sendo proposto.

Deixo aqui o compromisso da Liderança do Governo em manter permanentemente a discussão com as lideranças, respeitando o teto, como foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

acordado por todos os Parlamentares, de não mais do que 15 dias para estarmos com essa situação definitivamente resolvida.

Esse é o nosso compromisso, na mesma linha declarada pelo Presidente Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante darmos uma satisfação a esses trabalhadores que estão lutando há tanto tempo pela regularização.

Gostaria de dar apenas um recado: nós já estivemos em alto mar, nós já estivemos muito longe, agora estamos próximos da praia. Mas precisamos, sim, atracar com toda segurança. Dar um passo, mesmo que ele seja lento, mas um passo seguro, para que não coloquemos vocês em uma situação difícil em um futuro próximo. Então, esse adiamento, que na verdade é apenas mais um tempo para que possamos continuar construindo este consenso, demonstra claramente que é vontade tanto do Governo como da totalidade desta Casa a regularização definitiva da atividade de vocês. É só ter um pouco mais de paciência porque, se Deus quiser, nós iremos conseguir encontrar a melhor solução e no dia 02 de dezembro estaremos aqui comemorando o Dia do Quiosqueiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Eu gostaria de fazer um comunicado como Deputado Alírio Neto e não como Presidente da Câmara Legislativa do DF.

Reconheço a importância do trabalho dos quiosques no Distrito Federal e assumo isso publicamente. Nesta Casa temos ciência da necessidade da função de vocês em prol de uma prestação de serviço de qualidade para a população de Brasília. Muitos de vocês são responsáveis inclusive pela segurança e iluminação nos pontos de ônibus e também dos banheiros públicos. Sabemos que muitas vezes vocês são responsáveis pela prestação desse serviço em virtude da deficiência dos serviços públicos. Tenho consciência de que este Poder Legislativo já aprovou projetos que aperfeiçoavam o PRÓ-DF, projetos que renegociavam a dívida de grandes empresários, e eu nunca tive dúvida em votar neles. Mas tenho a convicção e o compromisso de votar junto com vocês neste projeto e fazer a sua defesa. Isso vocês podem anotar. Eu tenho este compromisso. Podem ter a certeza disso. Então, daqui a duas semanas, no máximo, vocês saberão da nossa votação.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero reiterar aqui a questão contínua de que estes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

trabalhadores têm vindo a esta Casa sistematicamente para tentar resolver os seus problemas. Então, não podemos protelar mais. Estamos junto com vocês e logo estaremos votando o projeto e, dessa forma, corrigindo um erro histórico no Distrito Federal para que vocês, definitivamente, tomem posse dos seus quiosques.

Um abraço a todos vocês.

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados eu também quero me solidarizar com os quiosqueiros que sempre têm vindo a esta Casa buscar uma solução para os seus problemas. Eu quero dizer para eles que esta Casa tem trabalhado muito para, definitivamente, resolver esta questão. Eu tenho certeza que iremos buscar a melhor solução e dentro de poucos dias apresentaremos um projeto que os deixem bem alojados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda ontem fiz uma intervenção em que me preocupava especialmente algumas intervenções que têm sido feitas contra trabalhadores e trabalhadoras enquanto há este debate acerca da regularização. Eu, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero fazer um apelo ao Deputado Leonardo Prudente no sentido de que o Poder Executivo veja com bastante cautela essas iniciativas contra trabalhadores e trabalhadoras enquanto há o debate acerca desta regularização. Eu acho que é fundamental que o justo não pague pelo pecador.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que o debate com os Deputados e com o Presidente Alírio Neto foi muito produtivo. Todos nós visamos hoje que as pessoas que começaram as suas vidas trabalhando de forma árdua – como muito bem foi dito por muitos Deputados – hoje têm o direito de manter um mínimo de espaço. Eu acho que isso será construído com o Governo, com muita seriedade. As pessoas que hoje estão trabalhando com quiosques e *trailers* podem ter a segurança de que a Câmara Legislativa está trabalhando em seu favor e que temos o interesse de que cada um continue com a sua atividade com dignidade e, se possível, com o tamanho maior, pelo qual vamos brigar.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Confesso que minha expectativa era que nós também chegássemos a um denominador comum e votássemos hoje essa importante matéria para esses trabalhadores. Infelizmente não se chegou a um acordo. O Poder Executivo do Distrito Federal não cedeu até agora às pressões sociais e também às reivindicações dos Deputados.

Sem prejuízo do acordo já trabalhado pelas Lideranças, só quero alertar, Sr. Presidente, também aos quiosqueiros e donos de *trallers*, que foi feito um acordo anteriormente, quando da realização de uma audiência pública proposta pelo Deputado Rogério Ulysses, pelo Deputado Dr. Charles, por mim e por vários outros Parlamentares desta Casa. Na ocasião, o Governo acertou com a Câmara Legislativa e com o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que não faria nenhuma remoção de qualquer quiosque. E, para surpresa de todos, o Governo fez aquela operação na rodoviária que desabrigou mais de cem trabalhadoras e trabalhadores desse setor.

Então, espero que esta Casa, caso o Governo não cumpra com o acordo, saiba dar uma resposta que vá exatamente ao encontro desses trabalhadores. O que não pode é o Governo quebrar acordo e esta Casa não lhe dar resposta.

Quero também aqui prestar minha solidariedade a esses trabalhadores e dizer-lhes que, independente do dia da votação, eles terão da bancada do PT a solidariedade e o apoio às reivindicações que estão trazendo a esta Casa. Pois não é justo, Deputado Chico Leite, que para os grandes empresários desta cidade o Governo ceda e dê inclusive incentivos, como deu para diversos grupos econômicos, e para esses trabalhadores, que são pequenos e médios empresários, o Governo vire as costas. Nós vamos ficar atentos para que não ocorra nenhuma injustiça.

Portanto, espero muito que o Sr. Governador Arruda tenha para com esses trabalhadores o mesmo tratamento que S.Exa. tem para com os grandes empresários desta cidade. Era essa a opinião que queria expressar neste momento.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda sobre a situação dos trabalhadores donos de quiosques, *trallers* e similares, o fundamental é que se descobriu hoje uma realidade diferente para cada região administrativa. Cada uma tem sua característica, e o projeto do Governo vem trazendo uma regra uniforme. Isso é muito bom porque, nesse espaço de tempo solicitado, nós vamos tratar da situação deles com mais vagar e com a garantia de que não haverá remoção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Não vamos aceltar, e o pacto passa por isso, que, enquanto discutimos o regramento ao projeto de lei que está aqui em tramitação, haja qualquer situação constrangedora para eles. Isso nós não vamos permitir.

Parabenizo a todos eles por estarem aqui acompanhando *pari passu* a sua situação.

Muito obrigado.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dizer que, embora reconheça o mérito do projeto apresentado pelo Executivo, ele traz uma questão que é fundamental: a realidade do Plano Piloto. É uma questão que foi muito bem discutida na nossa reunião, mas as “cidades-satélites” do Distrito Federal e o Plano Piloto precisam de um tratamento diferenciado. Então, nós não podemos aceitar a proposta encaminhada pelo Governo de estabelecer apenas 25 metros para as cidades do Distrito Federal.

Por essa visão, eu, como Relator, não poderia acatar esse encaminhamento do Governo. Portanto, a nossa proposta é de ampliar esse tamanho para as “cidades-satélites”, adequando isso às necessidades dos companheiros. Para a realidade de Ceilândia, os *trailers* e quiosques hoje oferecem a única opção de lazer que a cidade tem. Não vamos breçar essa opção diminuindo o espaço em que as pessoas vão trabalhar.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois registros. Em primeiro lugar, quero dizer que o Governo está de parabéns ao encaminhar a esta Casa um projeto que tende a regularizar uma situação que há tanto tempo merece uma solução definitiva. Em segundo lugar, quero ressaltar a boa disposição dos Parlamentares desta Casa de entrarem em um consenso para resolver o problema desta classe laboriosa, que tira seu sustento honestamente dos quiosques.

Quero enfatizar uma coisa que eu disse na reunião. Sei que para muitos não agrada o assunto, mas um dos vícios que retarda a regularização é quererem levar para as cidades-satélites os mesmos rigores existentes para a área tombada do Plano Piloto. Área tombada do Plano Piloto é uma coisa, e as “cidades-satélites” são outra. São cidades que, embora tenham nascido com seu desenho, têm crescido de acordo com os interesses e necessidades da população. Não podemos adotar os rigores da área tombada do Plano Piloto nas demais cidades. Embora eu saiba que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

com essa fala eu desagrado determinados grupos, principalmente os urbanistas, mas isso é uma realidade. As "cidades-satélites" são como a grande maioria das cidades brasileiras. A população dita a sua expansão, o seu modo de viver e sua alegria. Temos de encontrar um meio termo que não prejudique a população que vive honestamente com seu trabalho. Não podemos adotar as regras do Plano Piloto para "cidades-satélites".

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse na Ordem do Dia de hoje – já há acordo para isso com as Lideranças da Casa – os Projetos de Lei nºs 1.028, de 2008, e 1.029, de 2008. São projetos que tratam da isenção de IPVA na questão do óleo diesel para que a passagem de ônibus não sofra majoração.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, espero que possamos iniciar os trabalhos desta tarde. O acordo é votarmos apenas três projetos, que seriam os dois solicitados anteriormente, em primeiro e segundo turnos, e o segundo turno do item nº 11, o Projeto de Lei nº 1.024, que trata do regime especial. Inclusive, vemos a presença de pessoas da área atacadista, da área farmacêutica, perfumarias nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, acato o pedido de V.Exa.

Esta Presidência comunica que houve um acordo de não procedermos aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares nesta tarde. Passaremos à apreciação da Ordem do Dia. Não apreciaremos os vetos e outros projetos que trancam a pauta. Apreciaremos apenas os três itens solicitados pelo Líder do Governo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos na expectativa de apreclarmos os projetos dos quiosques, *trailers* e similares daqui a 15 dias. Esta Casa não pode se esquecer de que mais de uma centena de trabalhadores e trabalhadoras estavam com boxes padronizados, de acordo com a legislação, e possuíam autorização para trabalhar na Rodoviária. Na calada da noite, eles tiveram o seu instrumento de trabalho, o seu instrumento do ganha-pão diário retirado de forma covarde, eu diria. Se nós vamos regularizar quiosques, *trailers* e similares, é importante que esses trabalhadores e trabalhadoras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

sejam contemplados nesse projeto para que se assegure a eles o direito que têm os donos de quiosques, os donos de *trailers*, de os terem regularizados e não fiquem ao sobressalto de legislações, ou do fervor de fiscalizações, muitas vezes abusivas. Portanto, é importante que contemplemos aqueles que trabalhavam na Rodoviária com permissão do Poder Público e que não tiveram nenhuma notificação para retirada do seu instrumento diário de ganha-pão.

Além disso – já foi falado e estamos de acordo –, é preciso redimensionar os limites de quiosques e de *trailers* das cidades para além da área tombada. É preciso redimensioná-los porque, em muitos casos, ao aprovarmos essa lei como ela está, autorizaremos a derrubada de atividades que não provocam nenhum tipo de agressão ao planejamento urbano da cidade. Da forma como a lei está, em verdade, não sabemos quais serão os quiosques e *trailers* que serão objetos da regularização, pois ela diz que serão todos que estão em atividade e que não firmam o plano de ocupação do local. Alguém sabe quais são os planos de ocupação ou os projetos urbanísticos de cidades que não têm Plano Diretor Local? Alguém pode afirmar que o seu quiosque ou *trailer* estará passível de regularização? Ninguém pode afirmar isso porque não sabemos quais são os *trailers* e quiosques que estarão listados, que estarão dentro do plano de ocupação e dentro do planejamento urbanístico, ou PDL, se a cidade tiver um – não sabemos quais poderão ser contemplados pela lei.

Por isso adiamos a apreciação do projeto, mas nesse período queremos – e há um acordo para isso – que todas as administrações encaminhem para esta Casa todos os quiosques e *trailers* que estarão incluídos no projeto para que haja transparência e saibamos exatamente o que estamos aprovando. E, além disso, para que possamos ter a metragem de cada um deles a fim de saber se a metragem a ser aprovada corresponderá à realidade.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, me solidarizar com os quiosqueiros, com os empresários das cidades, pessoas que estão legitimamente lutando pelos seus direitos.

No dia de ontem falei sobre a importância de pensarmos um pouco mais sobre esse projeto para não correremos o risco de o votarmos de uma forma rápida e assim prejudicarmos pessoas que, às vezes, estão há 10, 15 anos, uma vida, no seu *trailer*, na sua atividade legítima comercial. E não é essa a intenção nem o papel desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu queria dizer à Deputada Erika Kokay que não sei se todos os *trallers* de Brasília estão nesse projeto, mas defenderei cada *trailer*, cada quiosque, para que não seja removido, para que não haja um prejuízo direto. Enfim, é fundamental que se resgate isso.

Esse é um projeto que traz toda a dignidade para as pessoas que precisam dela. Traz a questão da legalização!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.028, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações na Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores".

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. pode emitir o parecer? (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.028, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações na Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores".

Está assinado pelo Governador José Roberto Arruda.

No âmbito da CEOF, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Solicito ao Deputado Pedro do Ovo que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Solicito ao Deputado Berinaldo Pontes que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência fará a verificação de *quorum* na votação do parecer da CCJ.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.028, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações na Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores".

Veio a mensagem submetendo o projeto ao Legislativo. Pelo assunto, realmente, o projeto deveria se originar no Executivo. Vieram a exposição de motivos e um anteprojeto introduzindo alterações nessa lei. As alterações introduzidas são:

"Fica acrescentado o inciso XII ao art. 4º da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985".

Diz o inciso XII: "Os ônibus e microônibus destinados ao transporte público coletivo urbano, assim entendido aquele prestado mediante concessão, permissão e fiscalização do poder, ficam, portanto, beneficiados por esse aditivo. A lei será regulamentada pelo Poder Executivo".

A proposta visa conceder isenção de IPVA para os ônibus e microônibus. Eu queria dizer que, à primeira vista, ônibus e microônibus ficarão isentos de pagar IPVA, mas é uma estratégia inteligente e correta do Governo, porque, no acordo, fica proibido o aumento da passagem. É uma espécie de contrapartida.

Estou entrando no mérito, que não é o caso da Comissão de Constituição e Justiça, mas já para dar um alerta de que voto pela constitucionalidade, até porque é constitucional pela sua forma de encaminhamento e é justo pela troca que, realmente, está-se fazendo para evitar o aumento da passagem nessa época em que, sabemos, a crise do petróleo vai complicar muitas coisas relacionadas ao transporte.

O parecer é pela constitucionalidade, Sr. Presidente.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao analisar esse projeto, não tivemos a clareza do que ele significa. Ele não trás, por exemplo, o estudo de impacto orçamentário dessa isenção, desse incentivo que o Governo está propondo aos empresários de ônibus.

Como não há o estudo de impacto orçamentário e financeiro no projeto, a minha sugestão é que adiemos a votação para amanhã ou terça-feira próxima, para observarmos qual é o impacto de toda essa matéria nessa questão. Portanto, eu queria pedir ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que, sem prejuízo da continuidade das discussões, adiemos a votação dessa matéria, se for o caso, para amanhã ou para a próxima terça-feira, para recebermos inclusive os estudos de impacto por parte do Governo. Solicito isso a V.Exa., Sr. Presidente, e ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero concordar com o Partido dos Trabalhadores nessa questão. Acho que poderíamos votar só o parecer e adiar essa votação em primeiro turno talvez para amanhã ou terça-feira.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, houve um compromisso, pelo que nós podemos ler pela imprensa, de que haveria a isenção e o subsídio – porque é um subsídio aos empresários de transporte aqui do Distrito Federal que está sendo concedido.

Temos dois projetos nesse sentido: o do IPVA, sobre o qual foi lido agora o parecer da CCJ e que não tem, como já disse o Deputado Paulo Tadeu, as planilhas de estimativa de renúncia de receita. Não sabemos quanto será a renúncia de receita com esse processo do IPVA. E nós temos outro projeto que diz respeito ao ICMS, que traz mais outro problema: além de igualmente não ter as planilhas com estimativa de renúncia de receita para o subsídio dos empresários, há também a ausência do convênio do CONFAZ. V.Exa. sabe, como eu também, que qualquer isenção de ICMS tem que ter o convênio do CONFAZ aprovado por unanimidade. O projeto que está pautado para ser apreciado no dia de hoje não tem o convênio. Há três meses, o Governo disse que apresentaria esse subsídio, tempo suficiente para aprová-lo no CONFAZ e para encaminhar as planilhas. Não podemos aprovar um projeto que não sabemos o que representará quanto à renúncia de receita e ao subsídio de empresas de ônibus que prestam um péssimo serviço à população e, ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

mesmo tempo, mantêm um verdadeiro monopólio em linhas fundamentais no Distrito Federal.

Por isso, Sr. Presidente, dentro do processo de discussão do parecer da CCJ, não posso comparar isenção de IPVA com preço do petróleo. O preço do petróleo tem caído em nível mundial; portanto, não justifica a isenção. Não podemos aprovar um processo em que não há a avaliação que inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê. O Governo – assim como esta Casa –, tão zeloso com a Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode desrespeitá-la ao aprovar um projeto sem saber qual será seu impacto nas receitas do Governo do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou contra o aumento do preço da passagem. O preço da passagem de ônibus no Distrito Federal já é abusivo, superior ao de outras unidades da federação. Acho que o que tem que ser feito é um esforço para que a passagem não seja aumentada. Pelo contrário, o preço da passagem tinha de cair. Aliás, quando o Governador reduziu o preço da passagem em São Sebastião, eu defendi essa atitude.

Isso é uma coisa; outra coisa é ficar simplesmente alimentando as empresas de ônibus. Brasília é o único lugar – não apenas do Brasil, mas do mundo – onde dono de empresa de ônibus fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. O que eu penso, Sr. Presidente, é que se deveriam cassar algumas concessões, porque, se a população inteira acha que o transporte público no Distrito Federal é deficiente há anos, não tem uma qualidade apurada, há que se cassar a concessão de algumas empresas. Concessão não é propriedade; concessão é para uma empresa prestar um serviço de qualidade à população. Quando não está prestando esse serviço, a concessão tem de ser cassada.

Eu penso que o preço da passagem deveria cair e que o Governo, como sugestão construtiva, deveria fazer uma nova licitação, abri-la para mais empresas, porque, com mais concorrência, cairia o preço, e porque o transporte que a população recebe hoje é de péssima qualidade.

Aliás, diz-se que Brasília é a capital do turismo cívico. Quando um turista chega a um ponto de ônibus, não vê nenhum informe da hora em que o ônibus vai passar, de seu itinerário, do custo da passagem. A parada de ônibus é apenas tijolo e concreto. Qualquer cidade turística do mundo civilizado tem, no seu ponto de ônibus, de transporte público, todas as informações.

Penso que muita coisa tem que mudar no transporte público, e não vai mudar com o aumento do lucro das empresas de ônibus. Estou disposto a colaborar com a redução do preço das passagens, mas penso que as empresas de ônibus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

deveriam dar uma colaboração e cumprir sua responsabilidade porque já têm um lucro excessivo, abusivo e oferecem um transporte público de qualidade extremamente deficiente para a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que, quando da negociação das empresas com os trabalhadores, com o apoio do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria do Trabalho, ficou pactuado que, para que não houvesse reajuste da tarifa de ônibus, seriam concedidas isenções. Portanto, o Governo apenas está cumprindo o acordo feito com o setor, que hoje cobra uma posição do Governo. Caso contrário, a tarifa vai aumentar: ou votamos o projeto, ou a tarifa aumenta. Atualmente, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás estão fazendo isso sem CONFAZ. Se um único no CONFAZ falar que é contra, a isenção não passa. Então, os Estados resolveram fazer essas questões por conta própria, e o Distrito Federal não pode ficar atrás nisso.

O Governador está certo: encaminhou o projeto à Câmara Legislativa, que, seguramente, vai dar uma resposta à sociedade, para que não haja aumento de passagem. O que não queremos, Deputado Wilson Lima, é que aumente o preço das passagens de ônibus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Líder do Governo afirma que o Governador está cumprindo um acordo que fez com os empresários para evitar o aumento das passagens. O GDF abre mão de uma arrecadação, não encaminha os estudos à Câmara Legislativa e, ainda, não faz a questão passar pelo CONFAZ. Nem sabemos de quanto o Governo vai abrir mão na arrecadação.

O Governo cumpre esse acordo com os empresários, mas não precisa fazer isso para que a passagem não aumente, até porque o GDF teve um *superavit*, no último semestre, de 240 milhões. Veja só, Sr. Presidente: durante a votação do aumento da CIP, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma emenda para que trabalhadores de quase duzentas e quarenta mil residências que consumissem até 80 kW tivessem isenção de pagamento, e o Governo não a aceitou. Contudo, para os empresários, o Governo tem condição de abrir mão de receita. Durante a votação do REFAZ, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma emenda para que as dívidas de até mil reais fossem perdoadas, pois se trata de população de baixa renda, mas o Governador não a aceitou, e a base do Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

não votou favoravelmente a ela. Agora, para o grande empresariado, sempre há condições de abrir mão de receita.

Toda vez que se coloca um projeto como esse em votação, fica claro, realmente, que este é um Governo dos empresários e não da população de baixa renda.

Se o Governo quer abrir mão, por que não pressiona as empresas que têm a concessão do transporte público? Para dar um exemplo, a VIPLAN — é bom citar o nome aqui — possui mais de quinhentos ônibus sucateados, que não oferecem conforto para a sociedade, transportam o usuário de forma subumana e quebram em todas as ruas por aí. Só para termos uma idéia, na “cidade-satélite” de V.Exa., a maioria dos ônibus é da empresa VIPLAN. Fizemos ontem uma audiência pública para discutir o tráfego da cidade do Gama, e a reclamação unânime dos presentes era que os ônibus não dão condições aos usuários, e que a VIPLAN, no seu monopólio, não trata bem o usuário da população do Distrito Federal. Então, o Governo não pode conceder essa isenção com a desculpa de não aumentar a passagem.

Por isso, a bancada do PT vai votar contra o projeto, em favor da sociedade e do dinheiro público do contribuinte do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de discordar do Deputado Cabo Patrício e cobrar, porque vejo sempre a bancada do Partido dos Trabalhadores e da Oposição cobrando pelos servidores, pelos trabalhadores, exigindo do Governo e, muitas vezes, criticando em demasia. Agora, quando o Governo toma uma iniciativa para preservar o valor da passagem dos trabalhadores, também entramos em conflito e não conseguimos a aprovação devida. Eu queria aproveitar o momento para elogiar o Governo Arruda por mais essa iniciativa em favor da comunidade mais carente e dizer que essa votação é de suma importância. Quanto mais rapidamente ela for feita, mais se beneficiará nossa comunidade carente.

Muito obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para marcar minha posição: ponderei bem que, com esse projeto, quem acaba ganhando é a nossa população. Conceder essa anistia, em vez de aumentar a passagem, faz com que a população de Brasília ganhe. Então, apóio a atitude do Governador. Se o projeto for à votação, meu voto será favorável a ele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Esta Presidência retifica o resultado da votação do parecer da CCJ: o parecer foi aprovado com 17 Parlamentares presentes. Houve 13 votos favoráveis; 4 votos contrários – dos Deputados Cabo Patrício, Paulo Tadeu, Reguffe e da Deputada Erika Kokay; e 7 ausências.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente fico muito feliz por fazer uso da palavra. Não entendi muito bem as colocações de alguns Parlamentares. Afinal, eles são a favor dos trabalhadores ou contra eles? Ora, não aumentar as passagens de ônibus é um mérito do Governo, cabe cumprimentar o Secretário de Transportes, Alberto Fraga, e o Governador Arruda.

Eu concordo com alguns Deputados que aqui disseram que existe o sucateamento de frota. Concordo, sim. Afinal, o trabalhador não merece andar em ônibus sucateado. Porém, denegrir uma imagem, ignorar, e simplesmente parabenizar o Governo por não aumentar as passagens... Por que não o parabenizou? Podem criticar os ônibus, troquem! O empresário está ganhando e tem receita, tem de pôr ônibus novos! Está certo.

Sou contra, porém, falar do empresário de Brasília da forma como o Deputado Reguffe fez aqui – e cito o nome de S.Exa. com muito prazer, pois trata-se de um amigo meu. Acho que o empresário de Brasília tem de crescer, sim, senhor! Ele pode começar com uma carrocinha, depois passar para uma van de transporte escolar, depois para uma empresa de ônibus e para uma empresa de aviação, desde que pague os impostos e trabalhe certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Batista das Cooperativas.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. ainda não estava no exercício da Presidência quando eu solicitei a verificação de *quorum*. Ela seria feita antes da votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, porém ainda não foi.

Solicito, portanto, que seja feita neste momento a verificação de *quorum*.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer já foi votado e antes que ocorra a votação do projeto, solicito que seja feita a verificação de *quorum*.

(*Procede-se à verificação de quorum.*)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BERINALDO PONTES - PP	X		
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM	X		
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT		X	
EURIDES BRITO - PMDB		X	
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
MILTON BARBOSA - PSDB		X	
PAULO TADEU - PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN	X		
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR		X	
ALÍRIO NETO - PPS		X	
TOTAL	08	16	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Há 8 Deputados presentes.

Portanto, não há *quorum* para a apreciação da matéria.

Esta Presidência suspenderá a sessão durante dez minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h46min, a sessão é reaberta às 18h18min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Está reaberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Deputados, amigos das galerias, pessoas que nos assistem através da *TV Distrital*, amigos da imprensa, de uma forma muito rápida tenho reiterado várias vezes nesta Casa que sou paralbano, sou nordestino de Itaporanga. E uma das coisas que o homem nordestino e o homem sério prezam é a honra. E eu, em momento algum no exercício da minha vida pública, não poderei e não vou aceitar que mexam com a minha honra. Eu quero informar que entrarei na Justiça contra um jornal que hoje publicou uma notícia falsa, caluniosa, inverídica. E essa notícia é tão falsa, tão caluniosa, tão inverídica que, se ela for verdadeira, eu renuncio ao meu mandato.

Vou repetir: eu renuncio, Deputado Pedro do Ovo, Deputado Roberto Lucena, amigos da imprensa, Deputado Raad Massouh, Deputado Paulo Tadeu, nobre Líder do Governo Deputado Leonardo Prudente, Deputado Berinaldo Pontes, todos os Parlamentares desta Casa. Se essa notícia fosse verdadeira, em primeiro lugar eu não teria cara-de-pau de ser candidato a Deputado. E se a notícia for verdadeira, eu renuncio ao mandato.

Então, eu quero dizer a todos os meus eleitores e a toda a sociedade do Distrito Federal: eu não vou renunciar ao meu mandato, porque é uma notícia falsa, caluniosa. E não vou dizer qual é a notícia porque não vou dar ressonância a um folhetim. Eu respeito muito os instrumentos de imprensa. Acho até que, em uma plena democracia, a imprensa tem um poder fenomenal. Acho também que em alguns momentos vocês têm alguns equívocos fenomenais. Sem o Poder Legislativo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

sem as casas legislativas, com o autoritarismo imperando em um país, pobre do povo e pobres dos melos de comunicação que são cerceados.

Nós vivemos em uma ditadura. E quando falo que vivemos em outro momento, em uma ditadura, falo por ouvir dizer, porque nunca conheci, não vivi, mas sei que a experiência da ditadura, da não-existência do Poder Legislativo, foi muito ruim inclusive para a imprensa.

Então, respeito muito os instrumentos sérios de imprensa, mas de maneira alguma, Sr. Presidente, vou aceitar que mexam com a minha honra.

Sou um Parlamentar desta Casa, fui eleito pelo movimento social que representa a habitação e, claro, outros segmentos – ninguém é eleito para defender só uma bandeira –, mas em todos os momentos vou exercer meu mandato com honradez, votando sempre a favor do que eu achar bom para a população, para a sociedade, que foi quem nos elegeu, e votar sempre contra.

Algumas pessoas têm me dito: “Isso, Deputado Batista, saiu no jornal porque o senhor está defendendo o setor habitacional com muita ênfase. O Batista das Cooperativas está defendendo com muita ênfase o Setor Habitacional Catetinho.”

Quero dizer: eu não vou parar de defender o Setor Habitacional Catetinho! O Setor Habitacional Catetinho e os novos setores no Distrito Federal são importantíssimos! Sou Relator do PDOT e vou acatar a recomendação do Governo com relação ao projeto do Setor Habitacional Catetinho. E digo mais: estou apresentando uma emenda ao PDOT colocando aquela área como de interesse social, porque não estava assim.

Eu entendo que naquele setor tem de haver 25 mil habitações verticalizadas, planejadas, com ordenamento, sem invasão, para as cooperativas e associações habitacionais, com lista cadastral, para a pessoa que mora em fundo de quintal, que não tem sua moradia, seu direito sagrado à habitação.

Então, se quiserem me calar com notícias falsas, com notícias inverídicas, não conseguirão. Nesta Casa eu defenderei em todos os momentos aquela pessoa, aquele eleitor que me trouxe até aqui com o sagrado direito do voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Batista das Cooperativas, eu quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que em toda camada da sociedade existem pessoas ruins, pessoas más, desprovidas de qualquer tipo de sentimento.

No Distrito Federal, a imprensa, o rádio, o jornal, a televisão têm papel fundamental. Já tive oportunidade de ver nos jornais da cidade notícias excelentes de V.Exa., mas fiquei triste com a notícia de um jornal – me parece que mensal –,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

um folhetim ou um informativo qualquer que, talvez, sem nenhum tipo de responsabilidade, fez uma menção errônea de V.Exa. Por isso, solidarizo-me.

Mas gostaria de lembrá-lo de que a imprensa, na maioria das vezes, tem um papel fundamental na nossa vida, seja para os quiosqueiros que estavam aqui, para os que pegam ônibus de madrugada, para aqueles que lutam na defesa da honra. Quantas notícias nós também tivemos a oportunidade de veicular erroneamente e depois nos retratarmos? Seria o caso da matéria feita a V.Exa.

Quero parabenizá-lo por sua luta. Esse folhetim não representa uma unha sequer da imprensa responsável do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Deputado Geraldo Naves, obrigado pelas suas palavras.

Para finalizar, quero comunicar à Corregedoria e à área jurídica desta Casa que estou entrando com requerimento para que interpele esse instrumento de comunicação e que ele prove o que divulgou. Por meio de nossa equipe jurídica, vou interpelar judicialmente e estarei aqui em outros momentos, nesta tribuna, trazendo essa resposta a toda sociedade do Distrito Federal.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Batista das Cooperativas, sei da postura de V.Exa., que tem trabalhado na defesa das cooperativas e das residências, lutando por melhores condições para quem não tem uma moradia.

Bola pra frente. Isso é “café pequeno”. Tenho certeza de que a sua consciência está limpa. Parabéns pelo seu trabalho e não se perca com pequenas besteiras.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Obrigado, Deputado Raad Massouh.

Boa-tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Batista das Cooperativas, como Presidente desta sessão neste momento, também quero prestar minha solidariedade a V.Exa. pelo ataque sofrido hoje, de maneira injusta, ilegal e inverídica, como V.Exa. bem disse.

Sabedor das dificuldades que o Parlamento brasileiro e o próprio Parlamento do Distrito Federal enfrentam no sentido de garantir uma imagem positiva para a sociedade, é claro que esse tipo de matéria só contribui para um desgaste ainda maior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Sabemos que ninguém é imune a críticas, nem queremos que a imprensa se coloque de joelhos diante deste Parlamento, nem de nenhum outro setor público do País, seja o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário. O que esperamos da imprensa é que esse tipo de matéria, antes de ser publicada, passe pelo menos por uma análise da veracidade dos fatos, inclusive pela consulta das fontes. Isso é um princípio basilar da profissão de um jornalista. Antes de publicar determinada matéria, há uma série de etapas que qualquer jornalista ou editor de jornal tem de cumprir.

Então, muitas vezes, deparamo-nos com notícias publicadas sem que sequer o jornalista tenha feito uma consulta a um determinado Parlamentar, a uma determinada pessoa pública para saber se aquele fato que ele está investigando, analisando, tem alguma veracidade ou não. Fica muito ruim esse tipo de postura dos jornais, sejam eles de quem for.

Tenho certeza de que V.Exa. saberá exigir a reparação que merece. Espero muito que esse jornal e que outros veículos de comunicação possam, nesse caso específico, fazer a sua penitência, desculpar-se perante a sociedade e perante V.Exa. do equívoco que cometeram ao trazer uma matéria completamente inverídica.

Temos de ter aqui a postura – não só eu, mas esta Casa – de que, quando esta Casa for atacada de maneira brutal, equivocada, sem que sejam ouvidos os dois lados, pelo menos ela possa também se colocar na postura da defesa da imagem dos Parlamentares dela. Na hora em que um Parlamentar errar, que ele pague pelo erro que cometeu. Agora, não podemos aceitar que se trabalhe de maneira a caluniar seja quem for, de qualquer partido a que cada um de nós por ventura venha a pertencer. Eu pertencço a um partido diferente do de V.Exa., estamos em posições diferentes, mas não posso deixar de prestar a minha solidariedade e pedir que o jornal faça a devida reparação. V.Exa. tem todas as condições de ir às instâncias necessárias para exigí-la. Então, presto minha solidariedade.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria também de explicitar algumas considerações. O Deputado Batista das Cooperativas é oriundo de movimento social e, portanto, fez a sua carreira, o seu trabalho e o seu nome políticos em prol da melhoria da moradia, da perspectiva de tê-la e também em prol de um direito constitucional, o da defesa das cooperativas.

O seu trabalho, Deputado Batista das Cooperativas, Brasília já conhece. Ficamos tristes quando vemos notícias sem serem cheçadas, inverídicas. Cabe também ao profissional de jornalismo checar os dois lados da moeda, nunca publicar algo que de fato não tenha a sua comprovação. Vejo que na nota aberta que distribuiu aos Parlamentares V.Exa. expressou com muita veemência que acionará a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

sua assessoria jurídica para buscar os direitos que lhe cabem por ter tido agredidas sua honra e sua moral.

Eu penso que temos que entender que o Parlamento é uma vitrine. Muitas vezes, uma vitrine que só recebe pedradas. Mas temos um trabalho desenvolvido para a sociedade e, quando se afetam a honra e a moral, de fato deve ser cobrado o direito de reparação.

Portanto, saliento que V.Exa., com essa carta aberta, está conduzindo o seu pensamento dentro da ótica jurídica e na perspectiva da reparação. Parabéns!

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também me solidarizar com o Deputado Batista das Cooperativas. Com certeza esse jornal não conhece a história de V.Exa., o seu trabalho. É lamentável que estejamos à mercê desse tipo de comentário que denigre a nossa imagem, a da nossa família e o nosso trabalho.

Tenho certeza de que V.Exa. tem uma história totalmente diferente da desse infeliz jornal que fez essa publicação. Tenho certeza de que eles vão, pelo menos, reparar o erro que cometeram. Amanhã isso pode ocorrer com qualquer um de nós. É ruim que estejamos à mercê dessas ações.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Apresento também aqui a minha solidariedade ao Deputado Batista das Cooperativas, Líder do nosso bloco. Certamente, essa injustiça será reparada. Nós acreditamos e confiamos no seu trabalho, sabemos da seriedade com que V.Exa. vem desempenhando seu mandato parlamentar. Portanto, Deputado Batista das Cooperativas, receba o meu abraço, a minha solidariedade.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que chame o Item nº 11 da Ordem do Dia, o regime especial de apuração, e, em seguida, os dois projetos que foram acordados – os que tratam do ICMS e do IPVA – para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Eu quero, com a autorização do Presidente, dizer, Deputado Batista das Cooperativas, que compreendo a sua aflição. Na verdade, já tenho alguma experiência na Câmara Legislativa. Cheguei aqui na fundação desta Casa como servidor e tenho observado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

durante o tempo em que estou aqui e em especial agora na Presidência, uma certa distorção das coisas que acontecem nesta Casa, seja com relação à atividade parlamentar de cada Deputado, seja com relação ao próprio trabalho de toda a Casa.

V.Exa. realmente está sendo injustiçado, atacado dessa forma, mas eu posso citar alguns exemplos em que fica muito clara uma certa má vontade com essa instituição nos meios de comunicação de Brasília. Por exemplo, a Câmara Legislativa do Distrito Federal é o único Poder Legislativo no Brasil que se enquadrou na Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo uma redução de gasto com pessoal, em especial com os servidores comissionados, e o congelamento de alguns benefícios de servidores de carreira. Conseguimos a certidão finalmente e, em vez de termos um destaque em qualquer jornal da cidade, falando especificamente sobre o grande feito de ser o primeiro Poder Legislativo do Brasil a conseguir se enquadrar na Lei, o que se comenta é o retorno das vantagens para os servidores, algumas vezes até chamando-as de "presente de Natal", quando, na verdade, nada mais é do que justiça feita pelo reconhecimento do sacrifício dos servidores – não só comissionados, porque agora discutimos, inclusive, o aumento dos servidores de carreira. Falam isso como se fosse algo absurdo restabelecer o poder aquisitivo dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal uma vez que ela cumpriu o seu papel.

Posso citar também, por exemplo, o caso do Supremo, dando uma decisão, e o STJ, falando sobre a questão do nepotismo. E, por coincidência, a decisão deles é idêntica à resolução aprovada nesta Casa há mais de ano! E ainda tive o desprazer de ligar a televisão e ver na *Rede Globo* um comentarista criticando a Câmara Legislativa por nepotismo. Mal sabe ele – pelo jeito muito mal informado – que há mais de ano a Câmara Legislativa já tem um projeto aprovado proibindo o nepotismo nesta Casa. Foi o primeiro Poder Legislativo do Brasil a fazer isso.

Então, não me admira os ataques à honra de V.Exa. pela imprensa por falta, talvez, de um pouco de conhecimento sobre sua pessoa e convívio com V.Exa. como nós temos agora. Eu tenho certeza de que a sua iniciativa, que é meritória, de buscar o seu direito na justiça e combater essa difamação de frente é o que nós temos de fazer constantemente. Temos de ter coragem de falar.

É claro que a todas essas observações que estou fazendo aqui, às nossas reclamações, eu sempre dou encaminhamento, como Presidente desta Casa, por escrito, e peço providências jurídicas. Quero parabenizar V.Exa. pela coragem, porque poucos Parlamentares têm coragem de falar a verdade quando se trata dos meios de comunicação.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado a todos os Deputados desta Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Batista das Cooperativas, eu quero, também, solidarizar-me com V.Exa. e dizer que sou um exemplo de ofensas mais ou menos desse nível, todos sabem. Quando se trata de minha honra eu simbolizo assim: eu passo um trator no mundo, seja em quem for, pela minha honra. Se eu estiver errado, dou a mão à palmatória; se não, temos de persistir até o último segundo.

Não esqueça V.Exa. que crime da Lei de Imprensa prescreve em dois anos. Dois anos! V.Exa. tem prazo para ingressar e para acompanhar a fim de que não haja prescrição. E vá buscar a reparação na esfera civil, como eu fiz. Tenho quatro indenizações: duas já recebi e vou receber as outras duas se Deus quiser já, já. Muito obrigado, eu me solidarizo com V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Não, Deputado Leonardo Prudente, é interessante isso aqui, eu sei que V.Exa. tem essa preocupação duplamente democrática.

Eu até aconselharla o Deputado Batista das Cooperativas a não ficar olhando certas informações referentes àquela viagem que fizemos aos Estados Unidos. O Deputado Paulo Tadeu e alguns Deputados nos aconselharam a não falarmos, para não darmos repercussão ao que não existe, para isso não passar a existir dessa tribuna.

Quero deixar meu protesto de estima e fortalecimento a V.Exa. Na Casa, existem figuras que, infelizmente, fazem um trabalho subterrâneo. E essas coisas subterrâneas não vão muito longe, porque quem planta vento vai colher uma tempestade, porque tudo o que se planta se colhe aqui. Não tenho dúvida nenhuma disso. Temos de agregar.

Então, são essas, Deputado Leonardo Prudente, as questões que precisamos fortalecer. Saiba que temos essa idéia muito compreensiva de que o mandato de V.Exa. foi ganho nas urnas. Tenho certeza de que foi com muito sofrimento, que não veio bancado por grupos de empresários ou por outras situações. Há uma luta no sistema habitacional que V.Exa. levanta com muita honra.

Agradeço os apartes dos Deputados. Tenho certeza de que o coração de todos aqui, dos 24 Deputados, tem integridade e de que não partiu de ninguém desta Casa uma política subterrânea.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Daremos continuidade à sessão, até porque teremos uma sessão solene às 19h.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Berinaldo Pontes, que faça a leitura do item nº 11, pois há um acordo para votação desse projeto em segundo turno.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.024, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações na Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS", e na Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS".

Relatores: Deputado Berinaldo Pontes – CEOF
Deputado Chico Leite – CCJ.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

/// DATA: 08/10/2008

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 08/10/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCI CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1074/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LETTE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		X			
	WILSON LIMA	PR				X	
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	18	02		04	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Berinaldo Pontes
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº _____/

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.024, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alteração na Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS", e na Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei a favor do projeto. Sou um crítico de muitas das ações do Governo, mas, no momento em que ele reduz a carga tributária, tenho que ser favorável.

Eu gostaria que o Governo reduzisse a carga tributária também para as pessoas físicas, porque a carga tributária deveria ser reduzida principalmente para elas. A partir do momento em que o Governo reduz a carga tributária para essas empresas de *call center*, uma redução de 25%, que é a alíquota do ICMS, para uma carga tributária efetiva de 10%, como existem em outras unidades da federação, para que sejam atraídas para a Capital da República algumas empresas de *call*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

center, gerando empregos aqui, não tenho como ser contrário, tenho de votar a favor, até porque é uma redução da carga tributária que permitirá a geração de empregos aqui no Distrito Federal. Então, com a consciência da minha responsabilidade, nesse caso, eu tenho que votar a favor, independentemente de o projeto ser do Governo ou beneficiar esse ou aquele governo. É um bom projeto. A minha consciência diz que tenho que votar favoravelmente, com responsabilidade. Por isso, meu voto favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para declaração de voto.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que o projeto tem aspectos extremamente positivos, porque impulsiona a geração de emprego. Nós aqui em Brasília poderíamos ter saído na frente na regulamentação do *telemarketing*, na regulamentação do *call Center*, para evitar os excessos que essas empresas cometem, muitas vezes, importunando as pessoas, atrapalhando a privacidade delas e bombardeando-as com telefonemas. Lamentavelmente, na perspectiva de gerarmos empregos, perdemos a oportunidade de ser a primeira unidade da federação a ter uma regulamentação clara com o projeto "Não me Importune", que foi revogado no conjunto das ações desse programa.

Por isso, votei contra. Lamento porque esse projeto vem sendo, inclusive, copiado em outros estados. Já foram apresentados projetos em São Paulo e no Rio de Janeiro inspirados nesse projeto que tramitou nesta Casa. Infelizmente, os *call centers* poderão atuar no Distrito Federal sem nenhum tipo de regulamentação. Por isso votei "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Rogério Ulysses, essa Presidência quer dizer a V.Exa. que não dá para desistir dessa luta contra esse comportamento desrespeitoso das empresas de *call center*. Acredito e me somo a V.Exa. no sentido de conseguirmos em outro projeto ou mesmo prepararmos um projeto, porque diariamente as pessoas que moram aqui nessa cidade são desrespeitadas, de maneira clara e cristalina, por essas empresas que, muitas vezes, montam esse tipo de trabalho fora do Distrito Federal e bombardeiam, de maneira desrespeitosa, os servidores e moradores que aqui estão.

(Assume a Presidência Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque em votação, em primeiro turno, o PL nº 1.029, que trata da questão do ICMS, porque é o único item sobre o qual há acordo das lideranças partidárias. Há vetos trancando a pauta e não há acordo sobre eles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Portanto, não há como votar nenhuma outra matéria nem como votar o PL 1.029 em primeiro e segundo turnos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência é obrigada a aceitar a argumentação regimental de V.Exa., uma vez que temos realmente alguns vetos.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã, dia 9 de outubro, haverá uma audiência pública nesta Câmara Legislativa para tratar de assunto de interesse dos servidores do CAJE. Seria interessante aprovarmos hoje esse requerimento, pois a audiência será realizada amanhã. Então, peço a V.Exa. a inclusão desse item na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.028, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações na Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. Informo que a matéria necessita de 16 votos favoráveis para aprovação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 08/10/2008

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESC MAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1.028/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LETTE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR				X	
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	17	03		04	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Dr. Charles
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 3 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.186, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "requer a realização de audiência pública no plenário desta Casa, no dia 9 de outubro de 2008, às 10h, para tratar das questões de interesse dos servidores do CAJE".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o próximo item acordado para votação é o Projeto de Lei nº 1.029, em primeiro turno.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que são necessários 16 votos para sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Perfeitamente, Deputado Cabo Patrício.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.029, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede isenção de imposto às operações que especifica e dá outras providências".

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.029, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de imposto às operações que especifica e dá outras providências”.

Hoje já me manifestei favoravelmente a esse projeto por achar que ele beneficiará os trabalhadores, ao impedir aumento nas tarifas de ônibus.

Portanto, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade da matéria. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Reguffe.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.029, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de imposto às operações que especifica e dá outras providências”.

Veio o projeto de lei acompanhado da respectiva exposição de motivos do Sr. Governador, na qual S.Exa. diz que a proposta visa conceder isenção do ICMS na aquisição de óleo diesel por empresas de ônibus e microônibus destinados ao transporte público coletivo urbano, assim entendido aquele prestado mediante concessão ou permissão e fiscalização do Poder Público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

"Ressalto", diz ainda o Governador em sua mensagem, "que a presente proposta proporcionará uma redução na composição da estrutura de preços das tarifas públicas do transporte coletivo, a qual provocará igual redução nos preços suportados pelo usuário do Sistema de Transporte Público Coletivo Distrital".

Também comprova o Governador, em sua mensagem, que estão sendo atendidos preceitos contidos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, não vemos nenhuma razão para não aceitarmos o projeto de lei ora em exame, razão pela qual encaminhamos pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Reguffe.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o porquê do meu voto contrário: se as empresas de ônibus baixassem o preço das passagens de ônibus, que, na minha opinião, já é abusivo, superior até mesmo ao praticado em várias unidades de Federação, em vários estados deste País, eu votaria favorável. Agora, dar simplesmente uma isenção de impostos às empresas de ônibus para continuarem fornecendo um transporte público deficiente no Distrito Federal, um transporte público que toda a população acha uma porcaria, para que elas tenham um lucro muito maior do que o que já têm, mantendo o preço da passagem de ônibus abusivo, a isso eu não posso ser favorável. Votarei contra o projeto, que aumentará os lucros das empresas de ônibus e não beneficiará a população contribuinte do Distrito Federal.

Eu gostaria que o Governador apresentasse um projeto que reduzisse a carga tributária que recai sobre as pessoas físicas do Distrito Federal. Se, por acaso, baixassem o preço das passagens, eu poderia até pensar nessa possibilidade, desde que o benefício fosse revertido para a população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Agora, simplesmente aumentar o lucro das empresas de ônibus... Brasília é o único lugar – não é do Brasil, não, é do mundo – onde dono de empresa de ônibus fica tão rico a ponto de virar dono de empresa de aviação!

Por isso, o meu voto não é favorável ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que o meu voto será favorável ao projeto.

Eu gostaria de perguntar ao Deputado Reguffe o que S.Exa. tem contra os donos de empresas de transporte aéreo. Eu não tenho nada contra eles. Eu até gostaria de, um dia, se Deus me permitir, ser dono de uma companhia aérea. Confidencio esse desejo a V.Exa.

Eu gostaria de perguntar ao Governador Arruda por que S.Exa. não elabora um projeto para que a população deixe de pagar passagem no Distrito Federal. O Deputado Reguffe quer que baixe o preço da passagem de ônibus no Distrito Federal. Mas eu quero que zere a passagem. As pessoas não podem mais, Deputado Geraldo Naves, pagar passagens no Distrito Federal.

Isso é utopia, é algo irreal? É. Nós gostaríamos que fosse assim. Eu sei que é impossível. Então, é muito simples defender aqui um projeto para reduzir o valor das passagens. Por que não se elabora um projeto para reduzir o preço das passagens? Esse projeto já foi feito. Já fizeram um projeto para baixar o preço das passagens em São Sebastião, em Itapoã, em minha cidade, Santa Maria, e no Gama. É importante que todos saibam disso. Mas também é importante dizer que ninguém está perdoando os empresários para que fiquem cada vez mais ricos. Devemos lembrar que houve um acordo entre as empresas, entre o Governo, para que a passagem se mantivesse no preço hoje praticado. Ninguém mencionou que, ineditamente, já faz um ano e meio que os preços das passagens não são reajustados no Distrito Federal, pois este Governo não permitiu que os empresários aumentassem os preços das passagens de ônibus no Distrito Federal.

É por isso que serei favorável ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não queria discutir, mas não dá para deixar de falar. É claro que faz um ano e meio que não há aumento das passagens, até porque o Presidente Lula tem evitado o aumento dos combustíveis por causa da crise que se instalou por aí. Mas é bom deixar claro que não havia aumento das passagens, porque os ônibus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

andavam vazios pelas cidades, porque havia as vans. Mas com o Brasília Integrada, com o impedimento de as vans rodarem pelas cidades, os ônibus passaram a andar lotados. Não existem ônibus vazios nesta cidade. Por isso, os empresários estão enchendo as burras de dinheiro. Essa é a grande verdade. Mas os contribuintes continuam andando em ônibus sucateados e lotados, porque as empresas, que não participaram das licitações, pois não houve a licitação prometida pelo Governo, continuam as mesmas, continuam os mesmos empresários, o mesmo monopólio. Até mesmo os novos, que são os microônibus, já estão lotados. Se os Deputados andarem pelas cidades verão que os ônibus já estão lotados, que o acesso aos deficientes é restrito, que os idosos ficam na parte de trás do ônibus, perdendo o ponto de parada.

As reclamações são inúmeras. Agora, dizer que baixou o preço das passagens, que o Governo fez um acordo com os empresários... Realmente fez um acordo com o empresariado local desta cidade, ou seja, sempre com a VIPLAN e outras empresas, que têm mais de 500 ônibus sucateados no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de completar o que foi dito até agora. O meu amigo, o Deputado Reguffe, mais uma vez falou sobre o aumento das passagens. Tem que agradecer ao Governo do Distrito Federal e parabenizá-lo por não aumentar as passagens. V.Exa. não é favorável?

(Intervenções fora do microfone.)

O Deputado Reguffe é favorável, o Deputado Cabo Patrício também. O que o Partido dos Trabalhadores deveria fazer é uma solicitação, por meio desta Casa, de novos ônibus. Deveriam pedir que novos ônibus sejam adquiridos. Podemos ver que os ônibus estão realmente lotados. Está escrito nos próprios ônibus que eles fazem parte dos mil que foram lançados pelo Governo. Pois que venham mais mil ônibus para que se melhore a qualidade do serviço e as passagens não aumentem de preço.

É só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1029/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR				X	
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	17	02		05	

declara

decl.

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Dr. Charles*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº _____ /

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 10 2008	16h5min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas para declaração de voto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estou contemplado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para declaração de voto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estou contemplado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência comunica que as Lideranças não entraram em acordo para continuarmos a votação, uma vez que temos vetos obstruindo a pauta de votação. Portanto, encerrarei a sessão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h9min.)